# O ANO JUBILAR NA PREGAÇÃO E AÇÃO DE JESUS

Carlos Frederico Schläpfer

A reflexão sobre o Ano Jubilar, dentro da perspectiva de Jesus, nos coloca frente à seguinte pergunta: *Em que medida o significado do Ano Jubilar está presente na vida de Jesus?* Em Lucas 4,16-21, no discurso programático ou pregação inaugural de Jesus, na Sinagoga de Nazaré, encontramos esta medida, pela relação direta entre o Ano Jubilar e a sua missão, e conseqüentemente a sua vida. A referência ao Ano Jubilar está contida em Isaías 61,1, trecho que Cristo mesmo lê para os seus compatriotas, comentando em seguida: "Hoje se cumpriu aos vossos ouvidos essa passagem da Escritura". Desta forma, Jesus se identifica ao mensageiro anunciado pelo profeta, dando a entender que a sua missão se relaciona com os pobres, aos quais ele há de anunciar o fim de seus sofrimentos. Embora encontrando neste texto de Lucas a resposta para a pergunta inicial, interessa-nos, nesta reflexão, buscar propriamente o sentido e significado da vida e missão de Jesus que são características do Ano Jubilar. Em outras palavras, buscar na pregação e ação de Jesus o sentido do Ano Jubilar.

A pregação e a ação de Jesus andam juntas. Uma está em referência direta à outra. Isto porque há uma coerência entre aquilo que Jesus prega e aquilo que Ele faz. Arriscaria a dizer que toda a sua ação é fruto de sua pregação e toda a sua pregação é em vista de sua ação. Neste sentido podemos entender as várias expulsões de demônios, milagres ou sinais, como melhor define João no Quarto Evangelho[1]. Esta prática de Jesus, acompanhada de sua pregação, acaba por definir o seu projeto e sua proposta junto à multidão. O projeto de Jesus é entendido aqui como a chegada do Reino de Deus, enquanto que sua proposta, como a maneira ou forma de se participar deste projeto. Em Marcos 1,15 estão presentes estes dois elementos: "Cumpriu-se o tempo e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no Evangelho". No projeto e proposta de Jesus estão presentes os filhos desgarrados de Deus: publicanos, pecadores, excluídos, os convidados para o grande banquete (Lc 14,16-24).

1. A designação dos milagres como sinais, presente no Quarto Evangelho, caracteriza o poder de Deus presente em Jesus. Conforme escreve DE LA CALLE, F. *A Teologia do Quarto Evangelho*, São Paulo: Paulinas, 1978, p. 34: "No Quarto Evangelho, os sinais não mais provêm de uma força que Jesus tenha, de uma "dynamis" recebida, à maneira de um poder mágico ou divino. É o próprio Deus que, em unidade com Jesus, esteve presente em cada um dos seus milagres". Já no Antigo Testamento as obras de Javé são chamadas de sinais (Dt 28,46;29,3) e revelam a sua presença no meio de seu povo, a sua fidelidade à Aliança. Às vezes aparecem num contexto profético, como por exemplo o "Sinal do Emanuel" em Is 7,11.14, onde se caracteriza como promessa de salvação por parte de Javé. Ainda pode ser um fato inexplicável que serve como garantia da palavra do Profeta ou mesmo de Javé, tornando-se sinal de autoridade e de poder (2Rs 20,9-11).

Nos Evangelhos Sinóticos, encontramos o verbo κηρυσσω – pregar, proclamar, anunciar, com muita insistência, não se referindo apenas a uma ação de Jesus, mas principalmente enquanto ação dos discípulos[2]. O objeto desta pregação é sempre um Evangelho, Boa-Nova, seja através do próprio Jesus ou de seus discípulos. Importante, aqui, é perceber a dimensão e conteúdo desta pregação que passa por uma evolução que deve ser observada. Jesus anuncia a Boa-Nova da vinda do Reino de Deus; os discípulos anunciam a Boa-Nova de Jesus; por fim, os evangelistas, e em especial Marcos, escrevem a Boa-Nova de Jesus. Em outras palavras, de pregador, Jesus passa a objeto da pregação e o ato de proclamação torna-se texto. Em Marcos, Jesus não começou pregando a si mesmo. Nem se anunciou como Filho de Deus, Messias e Deus. São exatamente os adversários, os espíritos impuros, que o confessam assim. Os títulos atribuídos a Jesus que aparecem nos Evangelhos são, em sua maioria, expressões da fé da comunidade primitiva. Conforme vimos acima, Jesus situa-se dentro da mensagem de Isaías, de acordo com Lucas 4,18, citando Isaías 61,1-2, fazendo-o desta forma a base de seu discurso-programa na sinagoga de Nazaré. Marcos, logo no início de seu Evangelho, atesta que a Boa-Nova para Jesus é o Reino de Deus (Mc 1,14). Embora tenha sido o centro de sua mensagem, Jesus não definiu o que era o Reino de Deus. Para os seus ouvintes parecia ter um significado bem diferente daquele que encontramos muitas vezes hoje: "outra vida, o céu, o pós-morte"[3].

Nossa reflexão, portanto, buscará, em um primeiro momento, o sentido do ano de graça do Senhor, ou seja, o sentido do Jubileu presente na vida de Jesus através de sua pregação e ação. Em seguida, buscaremos o desenrolar desta pregação e ação de Jesus, através dos discípulos e comunidades cristãs, conforme nos apresentam os Evangelhos, fonte da qual estaremos bebendo nesta caminhada.

## 1. O Ano Jubilar presente na Boa-Nova do Reino de Deus

Ainda que Jesus não tenha definido o que é o Reino de Deus[4], a partir de sua pregação e de sua prática podemos perceber três dimensões fundamentais e complementares sobre o mesmo:

2. Em Marcos, por exemplo, das 14 vezes em que é empregado o verbo κηρυσσω três vezes são para caracterizar a pregação de Jesus (Mc 1,14.38.39) e quatro vezes a pregação dos discípulos (Mc 3,14; 6,12; 16,15.20). Em outros três casos (Mc 1,45; 7,36; 5,20), poderíamos entender implicitamente como pregação dos discípulos, pois trata-se de pessoas que foram curadas e passam a anunciar os feitos de Jesus. Em dois casos impessoais (Mc 14,9; 13,10), podemos também entendê-los como dirigidos aos discípulos, pois tratam da pregação em relação ao futuro.

3. Cf. BOFF, L. *Jesus Cristo libertador,* Petrópolis: Vozes, 1979, p. 65.

4. Nos Evangelhos sinóticos, de acordo com A. VAN DEN BORN, *Dicionário Enciclopédico da Bíblia,* Petrópolis: Vozes, 1977, Verbete *Reino de Deus,* p. 1292-1293, a expressão βασιλεια του θεου – Reino de Deus é utilizada 14 vezes por Marcos e 39 vezes por Lucas. O primeiro Evangelho, com exceção de Mt 6,33;12,28; 19,24; 21,31.43, utiliza 32 vezes a expressão βασιλεια των ουρανων – Reino dos Céus, que lembra a expressão rabínica usada a partir do século I dC, devido à substituição da palavra Deus, não pronunciada por eles, por Céu. Entretanto esta característica em Mateus, distinta dos outros dois Evangelistas, não se explica pelo escrúpulo no uso do nome de Deus (Mt 5,34; 23,22; 6,9), mas provavelmente para frisar o aspecto transcendental do Reino de Deus vindo do céu. Esta suposição é confirmada pela relação que Mateus estabelece entre o Reino de Deus e o Filho do Homem (Mt 13,24-30.37.41.43;16,27s), o qual em Daniel personifica o império escatológico que vem sobre as nuvens do céu (Dn 7,18.22.27).



a) Dimensão profética, caracterizada pelas relações de justiça, solidariedade, amor e ao mesmo tempo por uma relação de graça com Deus. Esta dimensão se afirma, sobretudo, na pregação de Jesus. A dimensão profética coloca-se numa perspectiva de um mundo transformado. Não se trata, portanto, de uma realidade apenas espiritual, transcendente. Na pregação de Jesus está presente o caráter messiânico que toca as relações humanas, interpessoais e coletivas numa busca de paz e de felicidade para todos. Este messianismo presente em Jesus não está centrado em sua pessoa, mas no próprio Reino de Deus, isto é, num mundo diferente do atual. O horizonte da pregação de Jesus revela uma visão utópica da sociedade, um mundo convertido a Deus e, por isso mesmo, justo, em particular voltado aos pobres e excluídos.

b) Dimensão ética, caracterizada pela prática de Jesus em perfeita consonância com a pregação do Reino de Deus. Uma vez inaugurado por Jesus, o discípulo deve viver agora segundo os valores desse Reino. Porém, a entrada no Reino comporta uma exigência ética fundamental: "Convertei-vos e crede no Evangelho" (Mc 1,14-15). A conversão pregada por Jesus visa uma mudança radical, não só da vida mas também da mentalidade. É uma conversão que se coloca no caminho contrário aos valores correntes da sociedade, para assumir os novos valores do Reino. A riqueza, poder, prestígio, devem ser substituídos pela partilha, compreensão, solidariedade. A própria prática de Jesus revela quais são estes valores do Reino. A situação de miséria em todos os níveis (material, moral, religioso) em que se encontra a multidão com a qual Jesus se defronta faz com que ele seja tomado por um profundo sentimento de compaixão. Os milagres assim como a conversão dos pecadores devem ser analisados nesta perspectiva, como frutos da compaixão de Jesus e, ao mesmo tempo, como sinais da presença do Reino. Esta compaixão de Jesus leva a uma solidariedade com os marginalizados. Há um posicionamento muito claro de Jesus frente aos grupos presentes na sociedade de sua época. Pecadores, publicanos, pobres, aleijados, leprosos são objeto de uma apreciação positiva de sua parte, ao passo que os ricos, escribas, fariseus, sacerdotes e saduceus são objeto de críticas e, até mesmo, de maldição. Por outro lado, Jesus procedia de modo diferente quando havia a conversão das pessoas, mesmo pertencentes a estes grupos, como foi o caso de Zaqueu, José de Arimatéia e Nicodemos, entre outros.

c) Dimensão eterna, caracterizada pela pregação e pelo destino de Jesus, testemunhado pela comunidade primitiva, através do anúncio da ressurreição. As dimensões profética e ética revelam o Reino numa perspectiva histórica, através de uma sociedade justa e fraterna. Porém, existe também uma dimensão transcendente, para além da história e da morte. Em outras palavras, o Reino de Deus não aponta apenas para um mundo diferente, transformado, um mundo outro, mas aponta também para um outro mundo. Com exceção dos saduceus, todos os grupos religiosos em Israel admitiam que a morte não era a última palavra sobre o homem e que havia uma vida eterna, que seria para os justos, depois da morte, uma vida de felicidade junto de Deus. Esta vida eterna era um pressuposto na pregação de Jesus; pois, se a morte fosse a última palavra sobre o homem, então a sua história e sua vida caminhariam para o

nada e, assim, para uma derrota estrondosa. Porém, a ressurreição de Jesus afirma esta vida eterna e traz a grande esperança para todos nós.

## 2. A Boa-Nova de Jesus

Quando falamos de Evangelho, Boa-Nova, não estamos fazendo uma referência ao fato de se realizar um comunicado em si, mas, sim, queremos enfatizar o conteúdo deste comunicado, qualificando-o de bom. Desta maneira, Evangelho situa-se no plano da interpretação. Dizer que uma notícia é boa ou má, implica um julgamento e portanto uma interpretação. Como conseqüência, implica também em um compromisso diante desta notícia. Assim, ao dizermos que o Evangelho é a Boa-Nova, estamos nos comprometendo de certa forma com esta mensagem.

A partir deste compromisso, os discípulos passam a anunciar o Evangelho de Jesus. É a segunda fase presente na pregação da Boa-Nova. Aqui, o anunciador torna-se anunciado. O centro da pregação é Jesus Ressuscitado. Este é o Evangelho, a Boa-Nova que muda o curso da História, que transforma o sentido e os horizontes de cada existência humana. A pregação dos discípulos pode ser dividida nos seguintes pontos[5]: a) Deus interveio de maneira decisiva. Este primeiro ponto revela o Evangelho de Deus[6], uma vez que a atenção estava, por primeiro, voltada para a ressurreição de Jesus realizada por Deus[7]. À luz da ressurreição, a identidade de Jesus, o sentido de sua morte e de sua condição nova, aos poucos vai se esclarecendo; b) Esta intervenção se dá através de Jesus Cristo: Neste segundo ponto, volta-se não somente para o que Deus fez para Jesus, mas para o que ele fez por nós através de Jesus. É o momento do Evangelho de Cristo[8]. Para Paulo, o conteúdo deste Evangelho está no mistério pascal, morte e ressurreição de Jesus; c) Se enfatizarmos, sobretudo, os destinatários e o impacto da intervenção de Deus, estaremos diante do terceiro ponto, o Evangelho da Paz (Ef 2,17), ou, ainda, o Evangelho de nossa salvação (Ef 1,13). A ressurreição de Jesus por meio de Deus passa a clarear para os discípulos o sentido da missão, não só de Jesus, mas a sua também. Reconhecem na intervenção de Deus em Jesus a intervenção em nosso favor.

A tarefa de anunciar a Boa-Nova, por parte dos discípulos, assim como fez Jesus, nos leva a intuir uma comunidade dentro de um contexto missionário que deve não apenas testemunhar o Evangelho, mas anunciá-lo publicamente. Esta tarefa passa, em primeiro lugar, pelo reconhecimento que a comunidade faz de Jesus, principalmente

5. Cf. GOURGUES, M. e CHARPENTIER, E. Introdução aos Evangelhos. In: *Evangelhos sinóticos e Atos dos Apóstolos*, São Paulo: Paulinas, 1986, p. 16.

6. Encontramos esta referência ao Evangelho de Deus em Marcos 1,14; 7 vezes em Paulo (Rm 1,1; 15,16; 2Cor 11,7; 1Ts 2,2.8.9; 1Tm 1,11) e em 1Pd 4,17.

7. Cf. At 2,33-36; 1Ts 1,9s; 2Cor 4,14; Rm 10,9; Ef 1,20; 1Pd 1,21.

8. Referências ao Evangelho de Cristo encontramos em: Mc 1,1; Rm 1,9; 15,19; 1Cor 1,9-12; 2Cor 4,4; 9,13; 10,14; Gl 1,7; Fl 1,27; 1Ts 3,2.



através do culto e do ensino[9]. Este reconhecimento de Jesus se dá principalmente através de suas ações, que, em última análise, são o motivo a ser celebrado e ensinado. Podemos destacar três caminhos que apontam o momento do culto como um lugar para o reconhecimento de Jesus: Primeiramente o relato da partilha dos pães que está presente nos quatro evangelhos e que parece nascer num contexto eucarístico. Segundo, o relato da Paixão que poderia ter sua origem numa celebração pascal anual em Jerusalém, comportando três grandes momentos: lembrança da última noite de Jesus, oração da Sexta-feira Santa e visita ao túmulo. Finalmente, o Evangelho de Marcos seria um texto de iniciação para os recém-batizados, lido por extenso durante a vigília pascal. Como missionária, voltada aos pagãos, a comunidade cristã vai percebendo e acentuando o aspecto universalista da mensagem de Jesus[10]. Desta forma, a razão de ser da comunidade coloca-se na ajuda aos crentes a "reconhecerem" Jesus e anunciá-lo àqueles que não o conhecem.

## 3. Boa-Nova de Jesus como Evangelho escrito

A transmissão do Evangelho pelos discípulos era feita oralmente, dando testemunho da palavra e ao mesmo tempo autenticidade para a mesma. Ao escrever um "Evangelho", Marcos inova a maneira de transmitir a Boa-Nova, reunindo os diferentes elementos veiculados pela tradição e organizando-os numa história de Jesus. Desta forma, abre caminho para um novo gênero literário, através do qual muitos outros "Evangelhos" serão escritos a partir de então[11]. Em Marcos, a palavra Evangelho é utilizada três vezes logo no início de sua obra: Marcos 1,1.14.15. Desta forma, já orienta a leitura em direção a Jesus, que é objeto deste Evangelho e ao mesmo tempo sujeito, pois trata-se da primeira fase da pregação, conforme foi referido acima. Outras duas referências voltam-se para um contexto de ensinamento aos discípulos: Marcos 8,35; 10,29. Aqui, Evangelho e Jesus estão juntos, como que explicando-se um ao outro, dando entendimento sobre o mistério da Boa-Nova presente em Jesus. Por fim, Marcos 13,10 e 14,9 apresentam o Evangelho numa perspectiva universalista, dentro de um contexto claro de missão. Temos, portanto, três indicativos do livro de Marcos, a partir do vocábulo Evangelho: Coloca sua obra em direção a Jesus, revela o mistério presente em Jesus e envia para a missão. A palavra Evangelho, em Marcos, revela o

9. Cf. AUNEAU, J. Evangelho de Marcos. In: *Evangelhos Sinóticos e Atos dos Apóstolos*, 90; STANDAERT, B. *L'Evangile selon Marc, Composition et genre littéraire*. Bruges, 1978, p. 496-618.

10. No Evangelho de Marcos vamos encontrar várias referências a este aspecto: Mc 3,7-8: Uma grande multidão de várias partes vem ao encontro de Jesus; Mc 5,1-20; 7,24: Jesus encontra-se em território pagão; Mc 6,34-44; 8,1-10: o sinal do pão é dado tanto aos judeus quanto aos pagãos; Mc 7,1-30: Ao mesmo tempo que Jesus guarda reservas em relação às tradições judaicas, acolhe a fé de uma mulher siro-fenícia; Mc 15,38-39: O primeiro a confessar a Jesus como Filho de Deus é um centurião romano, ao mesmo tempo que o véu do santuário é rasgado de alto a baixo.

11. Justino, na 1ª Apologia 66, 3 (de meados do segundo século), atribui à palavra Evangelho o sentido de um escrito da mais alta autoridade. Portanto, logo cedo, a palavra Evangelho passa a ter dois sentidos: um, a Boa-Nova, o conteúdo da mensagem em si; outro, o texto desta mensagem, como hoje comumente fazemos para referir-nos às obras de Mateus, Marcos, Lucas e João. Cf. LÉON-DUFOUR, X. *Os Evangelhos e a História de Jesus*, São Paulo: Paulinas, 1972, p. 43-44.

sentido da pregação e da prática de Jesus e dos discípulos. Ao escrever o seu Evangelho, Marcos estava respondendo ao problema do desaparecimento das testemunhas autênticas e das numerosas interpretações, por vezes divergentes, do pensamento do Mestre.

Os Evangelhos apresentam uma característica importante em relação à pregação e aos ensinamentos de Jesus. Em várias passagens[12] encontramos uma reação de admiração, pasmo, êxtase por parte dos ouvintes depois de ouvirem as palavras de Jesus. Esta reação é esclarecida principalmente pelo fato de haver uma comparação com os escribas, rabinos ou doutores. Estes ensinavam a Lei e sua interpretação, sendo que no tempo de Jesus havia duas grandes escolas rivais: a de Hillel e a de Shammai. O rabino ensinava sempre no mesmo lugar e reunia em torno de si os seus adeptos unicamente do sexo masculino. Sua autoridade provinha da Lei e das tradições dos patriarcas. Era uma autoridade equiparável à das escrituras. Embora Jesus tenha sido chamado de "Rabbi" ou "Rabbuni", isso não significa que tenha pertencido à classe dos doutores judeus, muito ao contrário, tendo em vista sua advertência aos discípulos, em Mateus 23,8: "Quanto a vós, não permitais que vos chamem Rabbi, pois um só é o vosso Mestre e todos vós sois irmãos". De fato, existe uma certa semelhança entre o modo de Jesus ensinar e o dos rabinos de sua época: Jesus ensina nas sinagogas, reúne discípulos, discute nos moldes da escola. Entretanto, difere consideravelmente dos doutores por outras características, como por exemplo o fato de ensinar no campo, à beira do lago, no caminho, em casa, e principalmente pelo seu público alvo: pessoas que ignoravam a Lei, pecadores, crianças e mulheres. Aliás, Jesus andar acompanhado de mulheres (Mc 15,41; Lc 8,1-3; Mt 20,20) torna-se um fato sem precedente na história da época[13]. Este procedimento de Jesus, em referência às mulheres, reflete-se também em seus ensinamentos aos discípulos (Mt 5,28) e mesmo às autoridades de sua época (Mc 21,31-32). Em vários outros momentos, a presença da mulher junto a Jesus é uma característica marcante nos Evangelhos: Na conversa a sós da Samaritana com Jesus – João 4,27; no grupo de mulheres junto com os discípulos acompanhando Jesus – Lucas 8,1-3; as mulheres sozinhas estão presentes no Calvário – Marcos 15,40-41; as mulheres são as primeiras testemunhas da ressurreição – Marcos 16,1-18; Lucas 24,1-11; a mulher dá testemunho da fé – Mateus 15,28; a mulher tem o direito de sentar-se ao pé de Jesus, colocando-se portanto como discípula – Lucas 10,38-42; deve ser tratada com respeito e em pé de igualdade com o homem – Lucas 7,36-50. Também em relação às crianças, Jesus assume uma postura radical para sua época. Em Marcos 10,13-16 (Mt 19,13-15; Lc 18,15-17) Jesus manifesta seu afeto para com as crianças, chegando ao ponto de colocá-las como modelo para participar do Reino de Deus (cf. também Lc 9,47-48). Em relação aos pecadores, fica evidente em Marcos 2,15-17 (Mt 9,10-13; Lc 5,29-32) que Jesus coloca-se ao lado dos mesmos, provocando frontalmente os costumes e leis religiosas da época.

12. Cf. Mc 1,22.27; 11,18; Mt 7,29; 13,54; 22,33; Lc 4,32; Jo 7,46.

13. Cf. JEREMIAS, J. *Jerusalém no Tempo de Jesus,* São Paulo: Paulinas, 1983, p. 494.



Embora apresentasse características de um rabino e de profeta, Jesus, antes de tudo, era um homem da terra que através de suas palavras deixava transparecer sua relação com a natureza, com os costumes e relações sociais: As aves do céu que não semeiam, nem colhem, nem ajuntam em celeiros, mas o Pai as alimenta (Mt 6,26); os lírios do campo que crescem, e não trabalham e nem fiam e no entanto nem Salomão com toda a sua glória se vestiu como um deles (Mt 6,28); aprender da figueira que, quando seus ramos estão tenros e suas folhas começam a brotar, está próximo o verão (Mc 12,28); a nuvem do poente indicando chuva e o vento do sul indicando sol (Lc 12,54-55); as comparações do Reino de Deus com as sementes em Marcos 4,1-8.26-32; a bondade de um pai de família (Lc 15,11-32); o trabalho (Mt 20,1-16); a prudência de alguns (Lc 16,1-8) e a imprudência de outros (Mt 25,1-13), a ganância de uns (Lc 19,1-10) e a generosidade de outros (Lc 21,1-4). Todas estas observações refletem a vida ordinária da qual Jesus participa plenamente a ponto de causar admiração pelas suas palavras: "Que é isto? um novo ensinamento com autoridade!" (Mc 1,27).

A palavra de Jesus se reveste de uma autoridade semelhante à da Lei: "Eu porém vos digo...", pois afirma que sua palavra manifesta a vontade de Deus.[14] O que há de original em Jesus é que ele consegue mostrar que existe uma relação direta entre aquilo que ele ensina e a autoridade de sua própria pessoa. Jesus apresenta-se como profeta do Reino de Deus que vem e, contudo, decepciona a esperança de todos. Diferente dos profetas do Antigo Testamento, não fala de sua vocação e quando se refere à tradição dos antigos é para criticá-la ou purificá-la. Não há nenhuma legitimação pessoal de sua parte. Jesus se contenta em declarar: "Bem-aventurado aquele que não ficar escandalizado por causa de mim" (Mt 11,6).

A autoridade de Jesus aparece tanto na sua prática quanto nos seus ensinamentos[15]. Entretanto, é necessário observar alguns termos que muito facilmente podem ser confundidos, por razões de interpretação ou mesmo de tradução. Por um lado, há uma íntima relação entre os termos liberdade (em um sentido moral) e autoridade, pois εξουσια é a mesma palavra grega para expressar os dois[16]. Por outro lado, é preciso estabelecer o limite existente entre autoridade e poder para definir a diferença entre os mesmos. Portanto, passemos a precisar cada termo e perceber desta forma em que sentido está sendo entendida a autoridade de Jesus.

14. Cf. RIGAUX, B. O Radicalismo do Reino. In: *Pobreza Evangélica*, São Paulo: Paulinas, 1976, p. 138.

15. A autoridade de Jesus é apresentada, nos Evangelhos, de uma maneira singular: Na pregação (Mc 1,22 e paralelos), no perdão dos pecados (Mt 9,6; Jo 5,27), como Senhor do sábado (Mc 2,28 e paralelos).

16. Segundo ARMARATONE, A. & MOTTOLA, U. Lessico Greco Italiano. Milano: Carlo Signorelli, 1932, Verbete εξουσια, p. 253; BAILLY, A. *Dictionnaire Grec Français*. Paris: Hachette, 1981, Verbete εξουσια, p. 712, a palavra εξουσια pode ser traduzida por faculdade, liberdade, direito, licença, poder e autoridade. O sentido moral de liberdade, presente em εξουσια, deve ser diferenciado do sentido de ελευθεριαι – ser ou estar livre, isto é, o estado do homem livre.

Nos Evangelhos, a liberdade em relação a Jesus aparece como liberdade de opção e de ação[17]. No primeiro caso, isto é, liberdade de opção, encontramos como principal elemento o seu batismo. Dentro da cultura judaica, a imersão na água era símbolo de morte. Assim, o batismo de João Batista simbolizava a morte a um passado, o da própria injustiça, entendido como pecado. Para Jesus, o seu batismo se torna símbolo de morte no futuro, isto é, da aceitação até a morte se fosse necessário, ou inevitável, em sua missão de oferecer a salvação à humanidade. Esta determinação de Jesus em levar até às últimas conseqüências sua liberdade de opção pela humanidade faz com que exerça sua liberdade de ação. Onde quer que Jesus tenha se deparado com homens e mulheres em situação de falta de vida, seja por qualquer motivo que fosse, aí manifestou o seu amor. Esta liberdade de ação, em decorrência de sua liberdade de opção, fez Jesus chocar-se contra os preconceitos, o "status quo" e colocar-se em oposição aberta às autoridades religiosas e civis de seu tempo. Esta liberdade acabou por levá-lo à morte.

Em relação ao poder, o Dicionário Bíblico[18] expressa que o mesmo, em todas as religiões, é um atributo essencial da divindade. No credo cristão, "Creio em Deus, Pai todo-poderoso, criador do céu e da terra", o poder de Deus se manifesta sob três aspectos: no universalismo de Deus (Deus criador de tudo e de todos), no aspecto amoroso da sua manifestação (atributo de pai) e na presença misteriosa, pois esta manifestação de Deus não se esgota, tornando-se sempre nova, principalmente por ser manifestação salvadora de Deus. O poder, portanto, é próprio de Deus. Em Jesus, o poder se apresenta como forma de manifestar a glória de Deus e o cumprimento de sua vontade.

Diferentemente do poder, que é próprio de Deus, a autoridade divina ou humana, tanto na cultura grega quanto na judaica, era entendida como a capacidade ou faculdade de agir livre e eficazmente sobre pessoas, instituições ou objetos, ou o direito de fazer algo ou dispor livremente de algo; era, portanto, um poder soberano que se transmitia por delegação jurídica, independentemente da qualidade da pessoa que o possuísse. A autoridade, portanto, é vista como procedente de Deus para que os homens possam utilizá-la em benefício dos outros. Existe assim uma condição ética e moral para o exercício da autoridade.

A autoridade de Jesus, portanto, não se confunde nem com a liberdade, nem com o poder. Trata-se de uma autoridade que é exercida em benefício da vida. Esta

17. MATEOS, J. *A Utopia de Jesus*, São Paulo: Paulus, 1994, p. 80-81, apresenta duas classes de liberdade. Uma classe denota um estado: "ser livre, estar livre de algo". Nesta classe está incluída tanto uma dimensão política, quando se fala em regimes de liberdade e regimes ditatoriais (na falta de liberdade), quanto pessoal, quando se refere a falta de liberdade de uma pessoa por medo, tabu ou submissão. Uma segunda classe denota algo mais dinâmico ou ativo: "ser livre para algo", sendo desta forma uma liberdade de opção, onde envolve a faculdade de escolher uma coisa ou outra, um caminho ou outro, por exemplo. Como decorrência desta opção existe a liberdade de ação ou de expressão. No mundo judaico e principalmente grego, o sentido de "liberdade para fazer algo" estava ligado a uma conseqüência jurídica, uma vez que "ser homem livre" era uma condição social que procedia do nascimento ou da emancipação da escravidão.

18. Cf. AUSEJO, S. *Diccionario de la Biblia*, Barcelona: Herder, 1981, Verbete *Poder*, p. 1541-1542.



autoridade é profundamente questionadora. Em Marcos 11,27-33 aparecem os três grupos de dirigentes judeus que constituem o Sinédrio ou Grande Conselho, órgão supremo religioso-político do povo judeu: os sumos sacerdotes, os escribas e os anciãos. Eles são os detentores da autoridade jurídica, segundo o direito baseado na lei mosaica ou na legislação posterior e, portanto, sentem-se ameaçados pela autoridade de Jesus: "Com que autoridade fazes estas coisas? ou quem te concedeu esta autoridade para fazê-las?" (Mc 11,28).

A resposta de Jesus às "autoridades oficiais" mostra que nem toda autoridade verdadeira tem base jurídica. Ao colocar em questão a figura de João Batista, Jesus está mostrando que sua autoridade não vem da Lei, nem das instituições, mas trata-se de um enviado de Deus. Portanto, é uma autoridade de cunho profético. Os dirigentes, por sua vez, não podiam responder sobre a autoridade de João, pois estariam ao mesmo tempo legitimando a autoridade divina e profética de Jesus.

O fato de a origem da autoridade de Jesus não se basear no direito humano ou nas instituições, mas em Deus, significa que não se trata de uma delegação e, portanto, difere também da autoridade de João, que como profeta recebe o encargo de comunicar uma mensagem divina. A origem de sua autoridade está na plenitude do Espírito, a força divina que reside nele (Mc 1,10). Ou seja, é uma autoridade que decorre da qualidade de seu ser. Juan Mateos[19], fazendo uma comparação entre a autoridade de Jesus apresentada em Marcos e a autoridade no Antigo Testamento apresentada em Daniel, mostra que em Jesus esta autoridade se coloca a serviço da vida, enquanto que no Antigo Testamento aparece como dominação. É interessante observar que esta autoridade em Daniel aparece junto à figura do Filho do Homem, que em Marcos é citado por 14 vezes em todo o seu Evangelho, sendo esta inclusive a apresentação que Jesus faz de si. Os dois textos propostos para análise são: Marcos 2,1-13 (a cura do paralítico) onde a autoridade do Filho do Homem é dupla: perdoar os pecados (Mc 2,5.10) e comunicar a vida (Mc 2,10-12). O segundo texto proposto para comparação é Daniel 7,1-28 (visão dos quatro animais), onde em Daniel 7,13-14 aparece a autoridade dada ao Filho do Homem para que reine e domine eternamente sobre toda nação. Em Daniel 7,27, o Império do Filho do Homem é entregue ao "povo dos santos do Altíssimo", num sentido coletivo, portanto. Em Marcos 2,10, o sentido aparece na figura de uma pessoa, Jesus. Porém, se tomarmos o texto paralelo em Mateus 9,1-8, encontramos esta significação coletiva também em relação a Jesus: "Vendo o ocorrido, a multidão ficou com medo e glorificou a Deus, que deu tal poder aos homens" (Mt 9,8)[20]. Este sentido coletivo da missão do Filho do Homem é a missão de todo o povo de Deus. Ela consiste em realizar o Reino de Deus como um reino humano que

19. Cf. MATEOS, J. *A Utopia de Jesus*, São Paulo: Paulus, 1994, p. 90-91.

20. Não apenas MATEOS, J. *A Utopia de Jesus*, 91, observa este sentido coletivo em Mt 9,8. Também encontramos a mesma idéia na nota da Bíblia de Jerusalém; BARBAGLIO, G. O Evangelho de Mateus, In: *Os Evangelhos* (1), São Paulo: Loyola, 1990, p. 165; PIKAZA, J. *A Teologia de Mateus*, São Paulo: Paulinas, 1984, p. 57; LÉON-DUFOUR, X. *Os Evangelhos e a História de Jesus*, São Paulo: Paulinas, 1972, p. 413.

promove a vida. Jesus, ao se apresentar aos discípulos como o Filho do Homem, está justamente assumindo a missão do povo de Deus, dos "Santos do Altíssimo". Embora possamos perceber a mesma dimensão coletiva na figura do Filho do Homem, tanto em Daniel quanto em Jesus, existe no entanto uma diferença fundamental em relação à εξουσια – autoridade, que Juan Mateos[21] acentua: "em Daniel para dominar os gentios; em Marcos, para apagar seu passado e dar-lhes vida: não para o domínio, mas para o serviço do homem".

**4. O Jubileu e a pessoa de Jesus**

Com a nossa reflexão feita até aqui, procuramos através dos Evangelhos o sentido da pregação e ação de Jesus, elementos constitutivos de sua vida e missão, voltando nosso olhar para o Ano da Graça do Senhor, ou o Ano Jubilar apresentado em Lucas 4,16-21. Vimos que o ponto-chave foi a Boa-Nova, ora proclamada por Jesus, ora pelos discípulos e finalmente escrita como a encontramos nos Evangelhos. Este processo ou caminhada pelo qual passou a Boa-Nova nos deu condições para perceber elementos importantes sobre a missão e a vida de Jesus. Resta-nos agora estabelecer a ligação entre o Ano Jubilar proclamado na Sinagoga de Nazaré e o fruto desta nossa reflexão.

Segundo a tradição bíblica, o *yobel* era tocado para anunciar o julgamento ou o chamado de Deus (Ex 19,13). Assim, podemos entender o sentido do jubileu, ou Ano Jubilar, dentro de um contexto de chamado de Deus para o julgamento, para dar início ao ano da graça, do resgate, da libertação. Entretanto, devemos perceber uma certa distinção entre perdão e resgate[22]. Na Bíblia, quando se fala em perdão, já supõe-se a justiça. Mais importante que o pedido de perdão ou reconhecimento do erro é a necessidade de refazer a vida de quem foi violentado ou prejudicado. No resgate, por outro lado, está contido o sentido de perdão, porém, numa dimensão muito maior, pois trata-se de libertar, refazer a justiça, voltando-se para o passado, isto é, a história. A função do *Go'êl* (Lv 25,23-55), isto é, resgatador, defensor, vingador, era de extrema importância dentro do clã; ele era a pessoa que resgatava o parente próximo que caíra na escravidão ou vingava o sangue de um parente assassinado. Com o tempo, o resgate acabou assumindo a característica de adquirir alguém, isto é, quem resgatava um escravo o libertava para a sua casa ou ao seu serviço. O resgate reinstaura um processo retomando o passado no sentido de se fazer justiça. Tudo isto é vivido no momento de uma relação de aliança e de comunhão de vida. A pessoa resgatada acabava por firmar uma relação de aliança com quem a tinha redimido ou resgatado. Assim, por exemplo, o resgate de um povo escravizado estabelecia uma aliança entre este e seu libertador.

21. Cf. MATEOS, J. *A Utopia de Jesus*, 91.

22. Cf. BARROS, M. *A Dança do Novo Tempo*, São Leopoldo: CEBI, Sinodal, São Paulo: Paulus, 1997, p. 33-34.



Toda a reflexão que fizemos em relação à vida de Jesus, através de sua pregação e ação, aponta para esta figura do *Go'êl*, isto é, Jesus como Defensor, Salvador, Redentor, Libertador, Advogado, Consolador (Lc 2,11; Jo 4,42; At 5,31). Jesus é o parente mais próximo, um irmão mais velho, que assume a defesa e o resgate do seu povo[23]. Neste sentido, podemos entender o Ano Jubilar em perfeita sintonia com a vida e missão de Jesus. Uma vida voltada para o serviço dos irmãos, como foi anunciado por Isaías e vivido por Jesus: "O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos" (Mc 10,45).

*Carlos Frederico Schlaepfer*
Rua Cruz das Almas, 88/705
25085-450 Duque de Caxias, RJ

23. Cf. CNBB. *Caminhamos na estrada de Jesus: O Evangelho de Marcos*, São Paulo: Paulinas, 1996, p. 125-126.